



**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Arqueologia e Antropologia**  
**Licenciatura em Antropologia**

**Violência Sexual contra a Mulher na Cidade de Maputo –  
Trajectórias e Combates de uma Realidade Escondida**

**Autora:** Neyma Helena João Tsandzana

**Supervisor:** Danúbio Walter Afonso Lihaha

Maputo, Fevereiro de 2025

**Universidade Eduardo Mondlane**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Arqueologia e Antropologia**  
**Licenciatura em Antropologia**

Neyma Helena João Tsandzana

Trabalho de fim-do-curso apresentado à  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais da  
Universidade Eduardo Mondlane, em  
cumprimento do requisito para a obtenção do  
grau de Licenciatura em Antropologia.

Maputo, Fevereiro de 2025

Trabalho de fim-de-curso apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

**Autora**

Neyma Helena João Tsandzana

**Supervisor**

---

**Oponente**

---

**Presidente**

---

### **Declaração de honra**

Declaro por minha honra que este trabalho de fim-de-curso nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau acadêmico e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e nas referências bibliográficas as fontes que utilizei para a elaboração do mesmo.

Neyma Helena João Tsandzana

---

## ÍNDICE

Declaração de honra .....	III
Dedicatória .....	VI
Agradecimentos.....	VII
Resumo.....	VIII
Acrónimos e siglas .....	IX
CAPÍTULO I.....	1
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Contextualização .....	2
1.2 Objectivos.....	3
1.3 Justificativa, pertinência e Motivação .....	3
CAPÍTULO II .....	5
2. Revisão de Literatura .....	5
2.1 Problemática .....	8
CAPÍTULO III .....	11
3. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	11
3.1. Quadro teórico .....	11
3.2. Sexualidade e Antropologia.....	12
3.3. Definição de conceitos.....	14
CAPÍTULO IV .....	17
4. Procedimentos Metodológicos.....	17
4.1. Método e Técnicas.....	17
4.2. Técnicas de recolha de dados .....	17
4.3 Fases da realização do trabalho .....	17

4.4 Barreiras e Superação .....	18
CAPÍTULO V .....	21
5. Percepções sobre os casos de Violência Sexual .....	21
5.2 Historial de Violação Sexual de Mulheres na Cidade de Maputo .....	21
5.2 Superação sobre violência sexual nas mulheres .....	25
5.3 Actores da violência sexual .....	26
5.4 O Papel das Autoridades Policiais .....	27
CAPÍTULO VI .....	32
6. Considerações Finais .....	32
7. Referências Bibliográficas .....	34

## Dedicatória

*Dedico este trabalho á memória da minha eterna avó Ana, que Deus a tenha!*

## **Agradecimentos**

Agradeço à Deus por tudo o quanto ele tem feito na minha vida, pois sem ele nada seria possível, sobretudo pela vida e protecção que me tem proporcionado.

Agradeço em especial ao meu Supervisor, Danúbio Lihaha, pelos ensinamentos e apoio dado desde a elaboração do presente trabalho. Agradeço igualmente pela paciência, lições de vida, conselhos e pelas críticas construtivas e estímulos durante a produção deste trabalho.

Aos meus pais, Gilda Raúl e João Tsandzana, que fizeram de tudo para que não faltasse nada para a minha formação mesmo nas dificuldades da vida sempre deram o melhor deles e sempre me apoiaram.

Aos meus queridos irmãos, Dércio Tsandzana, sempre foi um irmão preocupado e nunca deixou de dar o seu apoio na minha educação sempre esteve presente quero agradecer por sempre estar preocupado comigo e fizeste parte desta pesquisa pois sem você este trabalho não teria sido materializado, ao meu irmão Mauro Tsandzana, quero também agradecer por sempre me apoiar e por sempre partilhar bons ensinamentos e pelo apoio desde o início dos meus estudos, agradeço por fazer parte da minha vida e por sempre depositar energias positivas.

Aos meus Colegas do curso de antropologia (2019), em especial ao Yuran Macamo, Alberto Júnior, Loide Nhaduco, Shirley Marigue, Josefa Gomacha, Jessica Tsandzane e Samira Bila. Por fim, gostaria de expressar os meus infinitos agradecimentos à Quiséria da Luísa por acreditar no tema e por me acompanhar durante quatro anos de vida e trabalho académico.

## **Resumo**

A violação sexual contra a mulher é um tema extremamente delicado, porque envolve abordar assuntos íntimos sobre a vida sexual das pessoas, situação que gera vergonha, indignação e muita dor aos familiares quando eles assumem expor os agressores que, na maioria dos casos, são membros de suas famílias. Com destaque para o caso de estudo baseado no Distrito KaMavota, o trabalho mostra o impacto da violação sexual que afecta amplamente as mulheres. Através de uma abordagem qualitativa por via de entrevistas foi possível perceber as causas, os actores e as respostas que são dadas pelas autoridades no combate contra este tipo de mal. Igualmente, o trabalho sublinha a necessidade de uma abordagem mais abrangente na compreensão de um fenómeno que tende a ser esquecido ou invisibilizado. Adicionalmente, a violação sexual contra a mulher é um crime que acontece em qualquer camada social, envolvendo pessoas com nível educacional distinto e sempre resulta em prejuízos significativos para a vítima.

**Palavras-chaves:** *violência, sexualidade, mulher, saúde e doença*

## **Acrónimos e siglas**

**AS** – Abuso Sexual

**ASCHA** – Associação Sócio Cultural Horizonte Azul

**EJA** – Educação de Jovens Adultos

**FNUAP** – Fundo das Nações Unidas para a População

**HIV** – Vírus da Imunodeficiência Humana

**IDS** – Inquérito Democrático e de Saúde

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**IPAJ** – Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica

**LGBTQA+** – Lésbicas Gays Bissexuais Transgénero Queer Intersexo Assexual e mais

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONU** – Organização das Nações

**SADC** – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

**VGB** – Violência Baseada no Género

# CAPÍTULO I

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão em torno da violação sexual contra a mulher faz parte de um dos temas que ganha maior interesse nos últimos anos (Bringiotti, 2000). Em Moçambique, tal debate tem merecido destaque, sobretudo por via dos meios de comunicação social. De forma recorrente surgem relatos da violação sexual, sobretudo contra as mulheres. É a pensar nesse contexto que no presente trabalho pretendemos discutir os efeitos da violação sexual, suas características e dimensões de análise no campo da Antropologia. Traremos, desta forma, algumas abordagens sobre a violação sexual, bem como procuraremos explorar a percepção cidadão sobre tais casos.

Como será visto ao longo do trabalho, não existe uma única definição para abordar o nosso objecto. Assim, este trabalho apresenta um panorama com dados nacionais e internacionais sobre abuso sexual contra as mulheres (OMS, 2002), tendo buscado compreender os principais conceitos de tais abusos e as prerrogativas que sustentam as discussões sobre as raparigas e jovens enquanto sujeitos de abuso sexual. O presente trabalho consiste em fazer um diagnóstico da ocorrência de casos de abuso sexual nas mulheres na cidade de Maputo, em particular no Distrito KaMavota.

No geral, pode ser entendido que as vítimas que já passaram de violência normalmente não tem padrão, não tem sexo, não tem cor e não tem idade, geralmente pessoas que passam por isso são pessoas que menos esperamos por isso e importante dar o nosso maior apoio a vítimas de violência sexual. Embora a violência sexual seja vista também como algo bastante difícil de recuperar, resulta no facto do processo ser muito longo e duradouro, dado que uma vítima de violência sexual normalmente é alguém que nem consegue se abrir para contar sobre como passou de uma situação de violência (Furniiss, 1993), essas pessoas muitas das vezes sentem vergonha de se abrir e falar sobre isso, por isso é extremamente importante respeitar o espaço da vítima evitando com que a mesma fique isolado.

Existe uma percepção geral segundo a qual as vítimas de violação sexual são principalmente mulheres, dado que social e culturalmente são sujeitas a uma dupla dependência: (1) a que consiste na dependência das famílias no caso das mulheres e a (2) segunda que é produzida pela

subordinação feminina. Portanto, a violação sexual é um tema extremamente delicado, porque envolve abordar assuntos íntimos sobre a vida sexual das pessoas, situação que gera vergonha, indignação e muita dor aos familiares quando eles assumem expor os agressores que, na maioria dos casos, são membros de suas famílias. A violação sexual é um crime que acontece em qualquer camada social, envolvendo pessoas com nível educacional distinto e sempre resulta em prejuízos significativos para a vítima.

Nos dias que correm, o Abuso Sexual (AS) é considerado um grave problema de saúde pública, onde vemos que na maior parte dos casos, existem consequências graves, mulheres que são violadas e é depois de algum tempo descobrem doenças infecciosas como: HIV e outras doenças. Portanto, é desta forma que à elevada incidência epidemiológica, quanto devido ao seu impacto deletério no indivíduo, nos familiares e na sociedade.

Por exemplo, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) conceituou o abuso sexual em mulheres como uma emergência de saúde silenciosa, tendo considerado como a mais cruel e trágica infração aos direitos da mulher à saúde e protecção. Essa forma de maus-tratos é definida como o envolvimento da mulher em uma actividade sexual que ela não consentiu totalmente, para a qual ela não é hábil ou ainda para a qual ela não está preparada.

### **1.1 Contextualização**

No nosso ponto de vista, a mulher carrega por ter participado da vivência abusiva e o medo das consequências da revelação dentro de sua família. Temem o castigo, o descrédito e a não protecção, mantendo, assim, a omissão dos fatos de forma consciente. A crença de que são, de alguma maneira, responsáveis pelo ato vivido, intimida as mulheres a não revelarem o que estão ou estavam a sofrer. Além disso, muitas vezes, as mulheres podem ter forte apego pelo abusador, pois possuem vínculos próximos e significativos.

Antropologicamente, qualquer forma de violência sofrida pode ter grande vulnerabilidade, dado que muitas das vezes é muito difícil de identificar, pois na maioria das vezes são praticadas que são perpetradas por quem deveria defendê-las, a própria família. O direito internacional estabelece de forma clara o direito de toda mulher á protecção contra a violência. Esse direito é consagrado pela convenção das Nações Unidas.

No entanto, a violência contra as mulheres persiste, muitas vezes permanece oculto, muitos casos não são relatados ou investigado os casos. A violência contra as mulheres tem muitos rostos e formas: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional negligencia, por isso que é importante ter muita atenção com alguns casos de violência contra as mulheres nos bairros. A escola tem um papel extremamente importante que é transmitir conhecimento sobre como se proteger de uma tentativa de violência sexual nos seus bairros, nas suas casas ou qualquer lugar que seja. As questões ligadas à violência são vistas como assuntos privados, pelo que os crimes cometidos neste âmbito, muitas vezes, ainda são tratados ao nível familiar ou comunitários.

## **1.2 Objectivos**

### **Objectivo Geral**

- Descrever os impactos da violência sexual em mulheres, com foco no papel das acções sociais e no suporte disponível para as vítimas ao nível da Cidade de Maputo.

### **Objectivo Específico**

- Identificar e procurar abordar as causas da violência sexual contra mulheres no Distrito municipal de KaMavota na cidade de Maputo
- Identificar e analisar os intervenientes e as estratégias para combater os casos de violência sexual ao nível do Distrito Municipal KaMavota na cidade de Maputo.

## **1.3 Justificativa, Pertinência e Motivação**

Para o enquadramento do tema, espelha-se nas disciplinas de “Sexualidade e Antropologia”, bem como “Saúde e Doença”, as duas disciplinas do campo de Antropologia que se preocupam com a saúde e a violência. A motivação desta pesquisa é apresentar os resultados de um debate sobre violação sexual contra as mulheres que decorre na Cidade Maputo, tendo como destaque a época da pandemia da COVID-19 em que o papel das autoridades foi chamado para intervir. Esta pesquisa motiva pelo facto de as autoridades mostrarem-se menos responsivas em implementar os instrumentos legais já aprovados para proteção das vítimas de violação sexual, apesar do país ter retificado mecanismos internacionais e nacionais que protegem e condenam a violação sexual.

O facto destes instrumentos não terem sido domesticados, ou seja, traduzidos em leis nacionais, surge como argumento para a sua não aplicação.

Esta pesquisa me motiva ainda pelo facto de que muitas vítimas passarem de abuso sexual e mesmo assim não tiveram oportunidade de denunciar o caso, resultando com que a exposição ao abuso sexual no contexto familiar, o que depois prejudica a saúde física e emocional de raparigas-mulheres, bem como a convivência familiar, apontando para a necessidade de adopção de sensibilidade e solidariedade no cuidado das mulheres com queixas que possam estar associadas a vivências de abuso sexual. Importa destacar que no começo, o interesse em estudar sobre a violência sexual não foi fácil, por conta da sensibilidade do tema e por ser um tema delicado e complexo.

Durante a pesquisa, constatei que o abuso sexual mulheres provoca vários comprometimentos ligados ao desenvolvimento das vítimas e é considerado um problema de saúde pública e isso pode causar depressão, causa falta de socialização das mulheres ou um fecho para partilhar a sua situação. O abuso sexual contra mulheres acontece no próprio meio da vítima, em casa ou mesmo no local de residência. Dessa forma, a capacidade para deprimir-se é uma aquisição do crescimento individual que pode conduzir à maturidade pessoal e é evidência de crescimento e saúde no desenvolvimento emocional do indivíduo.

## CAPÍTULO II

### 2. Revisão da Literatura

Neste capítulo, apresentam-se as discussões vividas em torno da violência, sexual para o enquadramento teórico do tema. De forma prática, a nossa abordagem inclina-se as disciplinas leccionadas ao nível do curso de Antropologia que tiveram a ver com a sexualidade e saúde, bem como sobre doença, saúde e violência.

Segundo Filho (2001), a violência é um fenómeno relatado desde antiguidade e cuja complexidade dinâmica emerge de vida na sociedade, é considerada um fenómeno social (Vendruscolo et al., 2004) que, particularmente a partir dos últimos trinta anos, vem adquirindo maior visibilidade social, sendo objecto de preocupação por parte do poder público e fonte de estudos científicos nas áreas da Psicologia, Ciências Sociais e Saúde Pública (Minayo & Souza, 1999; Organização Mundial de Saúde, 2002). Compreender a violência implica em analisá-la historicamente com a interface de questões sociais, morais, económicas, psicológicas e institucionais em geral (Minayo, 1994).

Na perspectiva de Chauí (1985), a violência não é uma violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas sim a conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio. Ela se mostra ligada ao poder, pois se um domina de um lado, do outro está o sujeito dominado, violentado, ou seja, fica estabelecida uma relação de forças em que um polo se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação. Porém, nem a violência nem o poder são factores naturais, intrínsecos ao ser humano.

Segundo Furniss (1993), o abuso sexual é tanto uma questão política quanto clínica, apresentando importantes aspectos sociológicos e antropológicos, considerando que as situações de violência nas relações de intimidade podem ser agravadas por aspectos como o estatuto legal, a classe social, a cultura ou a etnicidade, entre outros. Para além disso, a pouca familiaridade com a língua, o difícil acesso a empregos adequados, o conhecimento insuficiente dos seus direitos, o isolamento da comunidade imigrante e o distanciamento das redes sociais e familiares de apoio

também contribuem para reduzir a capacidade das mulheres imigrantes se protegerem contra situações de violência e abuso (Steibelt, 2009).

O mesmo autor afirma que a consciência cada vez maior do abuso sexual contra mulheres por parte dos profissionais tem sua origem em uma fonte que tem a ver com o crescente movimento dos direitos da mulher. Mas, contudo, observa-se um “despreparo generalizado envolvendo desde os profissionais da área de saúde, educadores e juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas, em manejar e tratar adequadamente os casos surgidos” (Flores & Caminha, 1994, p. 158).

Segundo Gabel (1997), o abuso sexual supõe três níveis: o forte, aquele que exerce o poder sobre o fraco. A dependência que o fraco possui em relação ao forte e o atentado ao direito que todo indivíduo tem sobre seu corpo. Para Juddith (1991: 459), “num determinado momento os conceitos foram uteis para definir uma coletividade e seus respectivos interesses assim justificando o estabelecimento de uma organização política independente, mas por outro lado mostraram-se inconsistentes quando usados para definir o que nos une a todas enquanto mulheres”.

Ou seja, a explicação que de alguma forma a tal convergência nos remete a perceber que a chave para entender porque certos feminismos desconsideram categorizações de raça de classe social e de orientação sexual favorecendo assim discursos e praticas voltados para as percepções e necessidades de mulheres brancas heterossexuais de classe média.

Mais ainda, Juddith (1991) explica que existem duas versões do pensamento feminista que explicitamente tentam definir a mulher com base em experiências tidas como universais portanto, a primeira explica a maternidade como a experiência central na identidade das mulheres e a segunda toma a sexualidade entendida como forma de poder que transforma a mulher em objeto sexual do homem como a experiência capaz de unificar todas as mulheres ou seja é a partir daqui a perspectiva de mulher tende a ser interpretada como vitima de um poder definido como como domínio masculino.

Segundo Minayo (2001: 26), “a prática de violência contra mulheres, maus-tratos, abandono e negligência, abuso e exploração sexual comercial, trabalho infantil, dentre outras, não é recente”.

Numa concepção antropológica, Chauí (1985), define o abuso sexual como uma relação de forças, num momento existe uma dominação e no outro a coisificação. No primeiro momento há uma assimetria de uma relação hierárquica, que possui como fins a dominação, exploração e opressão. Já no outro momento o ser humano é tratado como coisa, e não como sujeito. Nesse sentido, Araújo (2002) argumenta que a violência é uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito da própria história, ou seja, a liberdade é uma capacidade e um direito fundamental do ser humano. A violência seria, então, toda e qualquer forma de opressão, de maus-tratos e de agressão, tanto no plano físico como no emocional, que contribuem para o sofrimento de uma pessoa.

Na verdade, as situações de violência nas relações de intimidade podem ser agravadas por factores como o estatuto legal, a classe social, a cultura ou a etnicidade, entre outros. Para além disso, o conhecimento insuficiente dos seus direitos, o isolamento da comunidade imigrante e o distanciamento das redes sociais e familiares de apoio também contribuem para reduzir a capacidade das mulheres imigrantes se protegerem contra situações de violência e abuso (Steibelt, 2009).

Sarmiento (2000), referindo-se à crise da instituição escolar, salienta a importância da participação activa dos jovens como uma das possíveis respostas na tentativa de solução dela. O autor defende, porém, que este envolvimento ativo só faz sentido se “assumir os jovens não como destinatários da intervenção comunitária, política ou social, mas como autores dos seus próprios destinos” (Sarmiento, 2000: 60), reconhecendo-lhes o direito de decisão e de cidadania, independentemente da idade. A aquisição de comportamentos cívicos não se faz por doutrinação, mas adquire-se no exercício dos direitos e dos deveres de cidadania.

Na mesma linha de pensamento e referindo-se à participação das mulheres jovens na escola, Puig e seus colaboradores (2000) defendem que as práticas de participação são aquelas em que as mulheres jovens podem tomar parte activa e significativa na vida da sua formação, tais como questões relacionadas com o trabalho escolar, a convivência e a animação, salientando que esta participação deverá ser guiada. Os autores falam da importância da participação dos alunos na vida da escola como um dos pilares da formação humana referindo que através desta participação se podem trabalhar atitudes e valores como a convivência, a autonomia, a cooperação e o sentido de justiça.

Tal como refere Bringiotti (2000), as mulheres que se encontram envolvidos em situações de violência, quer seja como vítimas quer como autores, requerem uma abordagem particular. No caso de serem vítimas poder-se-ão utilizar técnicas assertivas colocando-os em pequenos grupos com problemas similares e fazendo com que aprendam a dizer “não” ou a dizer “sim” (consoante o caso) e a expor o seu ponto de vista por forma a assegurar a sua auto-estima. Estas mulheres deverão ainda aprender técnicas de defesa e pedido de ajuda.

A situação torna-se mais complexa no caso dos autores da violência (frequentemente eles próprios vítimas de violência nas suas famílias), uma vez que a ausência de empatia e de sentimentos de culpabilidade ou dificuldades no controlo da raiva são comuns. Medidas para a diminuição da violência nas escolas, a violência nas escolas é um fenómeno que parece ter vindo a aumentar nos últimos tempos. Para tal contribuem factores que podem ser alheios à própria escola e que se relacionam com políticas educativas macroestruturais.

Contudo, há outros factores, inerentes à própria dinâmica e funcionamento da escola, que podem contribuir para que a violência ocorra: o fomento da competitividade negativa entre os alunos em vez da colaboração; a existência de professores autoritários ou de professores que «agridem» através da indiferença ou humilhação; a existência de professores que não oferecem um ambiente recetivo da confiança aos seus alunos; o excesso de alunos por turma, que impede o atendimento personalizado; ou ainda a inexistência de espaços agradáveis de convívio.

Será importante, na detecção de situações de maus-tratos, permanecer atento não apenas aos sinais manifestados pelas mulheres, mas também aos indicadores inespecíficos relativamente aos seus agregados. Relativamente a este aspecto, Bringiotti (2000) aponta como sinais de alerta os seguintes: pouca preocupação com a higiene; pouca vigilância em situações perigosas; correção física ou verbal exagerada; super-protecção ou agressão verbal pública contra mulheres; isolamento pessoal ou social; desigualdade no tratamento entre irmãos; ou ainda dificuldades no relacionamento do casal.

## **2.1 Problemática**

Este trabalho consiste num diagnóstico da ocorrência de casos de abuso sexual contra as mulheres, com particular interesse nos seus efeitos e acções de combate ao mal. Ou seja, o

presente trabalho analisa a associação entre os acontecimentos que incidem sobre a violência sexual contra as mulheres e o que tem sido feito para estancar a sua ocorrência.

Sabe-se que actualmente muitas mulheres demonstram alguma limitação em expor ameaças por receio de não perder os seus lares ou espaços de conforto, sendo que algumas mulheres passam desses abusos e ficam caladas sem comunicar nada a alguém próximo. Muitas das vezes o abuso é feito de um jeito de troca de favores, resultando que algumas mulheres inocentes passam de abuso e são aproveitadas. Assim, é preciso que haja fiscalização na saúde e do bem-estar dessas mulheres, sendo ainda necessário saber onde e como elas se habitam nas suas actuais sociedades.

O abuso sexual em mulheres é um acto antigo que até hoje não se combateu em todo mundo, incluindo Moçambique, sendo que tal afecta milhares de pessoas. O abuso sexual nas mulheres pode trazer graves consequências para a saúde mental das vítimas, tanto no curto quanto no longo prazo, daí a razão de juntar este elemento ao nosso tema de discussão.

Igualmente, as lacunas abordadas neste trabalho demonstram que o abuso sexual é um mal silencioso, pois não se sabe quando este está sendo cometido, até que a vítima apresente sinais físicos, comportamentos ou revele a alguém a violência sofrida. O abusador pode ser qualquer pessoa e pode agir em qualquer lugar. Portanto, abuso sexual tem um impacto muito grande na saúde física e mental das mulheres, deixando marcas em seu desenvolvimento, com danos que podem persistir por toda vida. Sua detecção precoce possibilita o tratamento e acompanhamento adequados, com a minimização das sequelas.

O envolvimento familiar deve ser levado em conta. Muitos pais, encarregados de educação e outros membros da comunidade ficam preocupados quando eles descobrem que os seus educandos estão a receber Educação Sexual Compreensiva. Contudo, saber o que é que realmente está a ser ensinado pode ajudar.

Diante do exposto acima, este tema me motiva dado que pretende trazer uma visão de como os as mulheres, sobretudo jovens raparigas, podem se recuperar da violação sexual, situação que foi frequente durante a vigência da COVID-19, onde as vítimas passaram momentos de violência sexual sendo que estavam sempre suas residências. Ou seja, naquele tempo, a maioria das

mulheres não podiam sair de casa para estarem umas com as outras, sendo que alguns se aproveitaram da situação para se envolver sexualmente com as mesmas.

É importante que a pesquisa envolva a participação das próprias mulheres, seus familiares, e comunidades, a fim de determinarem conjuntamente as acções necessárias para mudar comportamentos tendo em vista a materialização dos direitos das mulheres. Essa pesquisa é motivada ainda pelo facto de tencionar apoiar as mulheres a serem informados e a desenvolver as habilidades, valores e atitudes necessários para uma vida plena e saudável, por forma a fazer escolhas e tomar decisões responsáveis, bem como para reduzir os riscos sexuais e de saúde reprodutiva, tais como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV.

## CAPÍTULO III

### 3. Enquadramento Teórico e Conceptual

#### 3.1. Quadro teórico

Torna-se imperioso em qualquer pesquisa demonstrar o seu quadro teórico. Assim, o trabalho é guiado pela teoria construtivista de Balbinotti (2018: 6) ‘‘actualmente, a violência é um dos piores problemas enfrentados pela sociedade. Manifesta-se das mais diversas formas. Embora presentes ao longo dos tempos, somente nos dias de hoje, frente à consciência da relevância dos direitos humanos, tornou-se prioridade combatê-la.’’ Ou seja, no nosso ponto de vista, violência sexual é o acto ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém).

Na mesma linha construtivista, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1946, definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade. A percepção do conceito de qualidade de vida também tem muitos pontos em comum com a definição de saúde. Saúde (OMS, 2002) violência é definido como o ‘‘uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico.

O conceito de género inclui os papéis sociais e as relações entre mulheres e homens, entre mulheres entre si e homens entre si (OMS, 2002). Estes papéis e relações, são específicos de cada contexto e, podem mudar de acordo com as circunstâncias, e de geração em geração. O género é influenciado por outras características da sociedade, tal como a riqueza, a classe, a idade, a educação, a raça, a religião, a sexualidade, a ideologia, residir em zona rural ou urbana. Género considera que a cultura e a tradição são dinâmicas, adaptam-se em função do tempo e do espaço, dependendo das mensagens dominantes, produzidas e reproduzidas pelas diferentes instituições (o estado, o mercado, a sociedade e a família).

A outra definição é sobre Violência Baseada no Género (VBG). Segundo a OMS (2002), a VBG é dirigida a um indivíduo, mulher ou homem (rapaz ou rapariga), exercida tanto no espaço público como no privado, baseada no seu sexo biológico e/ou na sua identidade de género. Tem

relação directa com a pressão social que é exercida para que se adira às convenções sobre o que é feminino e masculino; mulher e homem; rapariga e rapaz. Por isso, a violência baseada no género inclui agressões não só a mulheres e raparigas. Homens e rapazes homossexuais ou que não são vistos como masculinos em seus comportamentos - sofrem esse tipo de violência.

### **3.2. Sexualidade e Antropologia**

No campo da Antropologia discute-se que, em alguns contextos, pode suceder que as mulheres não tenham poder para tomar decisões sobre os cuidados necessários para os seus próprios filhos, ou que não se incentivem os homens a participar nos cuidados de que os seus filhos precisam e nos afazeres domésticos.

Chama mais a atenção para os direitos da mulher para ajudar o grupo participante a identificar e tomar consciência de comportamentos relacionados com a saúde feminina, a nutrição, o desenvolvimento, a educação e a protecção que podem ter sido negligenciados. Ou seja, nesse campo da Antropologia percebe-se que é importante envolver as mulheres no diálogo sobre as mensagens e informações, bem como sobre a planificação e uso da saúde e vida ou seja é importante ressaltar podemos usar algumas abordagens entre pares e diferentes métodos para aumentar a participação da mulher com questões ligadas à violência sexual.

A violação sexual de mulheres surge num contexto cultural em que elas não são sujeitas de direitos. Isto quer dizer que não se lhes reconhece direitos como cidadãs e membros da sociedade. Elas aprendem ao longo da infância a silenciar o sofrimento de que são vítimas, desde a negligência familiar até a uma situação tão grave como é o caso da violação sexual.

A aprendizagem sobre o corpo é feita através de tabus, preconceitos e práticas culturais que favorecem a violência sexual. Por exemplo, quando se iniciam as mulheres jovens para depois as forçarem a casar-se (vulgo casamento prematuro), devemos ter consciência de que estamos perante um crime de violação sexual. Este crime é injustificado numa sociedade em que todos e todas nascem iguais e livres. Frequentemente, a mulher não é tomada como sujeito de direitos, acontece que muitas famílias resolvem a situação de violação em troca de pagamento de “multas” agressor é um familiar, a ocultação do acto, ocorrendo ainda, se também muitas vezes se procura encontrar justificações para este crime na roupa que as mulheres vestem.

A violência sexual contra a mulher parte de uma grande influência no ensino escolar, que de alguma forma tem como factor protetor dos maus-tratos infantis tendo em conta a problemática dos maus-tratos infantis, em qualquer das suas tipologias, damos destaque à importância da educação sexual nas escolas. À implementação de projetos de educação sexual em meio escolar poderá não só funcionar como factor protetor dos maus-tratos infantis, como será também extremamente importante para a promoção da saúde dos indivíduos, nomeadamente da sua saúde sexual.

Além da aquisição de conhecimentos essenciais, as mulheres na idade juvenil terão ainda a possibilidade de desenvolver competências pessoais e sociais básicas que trarão reflexos positivos na sua vida presente e futura. Ainda no campo da Antropologia, é revelado que os jovens, além de terem poucos conhecimentos sobre sexualidade, têm ainda conhecimentos incorretos e distorcidos. Não será de estranhar se tivermos em conta que as suas fontes de informação são essencialmente os amigos, as revistas, a televisão ou a Internet.

Sabe-se ainda que a generalidade dos pais, por razões de vária ordem, não conversa com os seus filhos sobre estes assuntos. Esta falta de informação e formação está na origem, entre outras sérias consequências, da maternidade precoce e de gravidezes não desejadas com todas as implicações que isto traz, quer para os jovens pais quer para a mulher que concebe.

Sabemos ainda que na origem da violência doméstica estão, entre outros, factores de ordem cultural. Apesar dos avanços nesta matéria, a nossa cultura permanece marcadamente patriarcal, predominando a ideia da superioridade do homem sobre a mulher. Esta tendência parece agravar-se nos meios socioculturais e socioeconómicos mais desfavorecidos. Tal como defende López Sánchez (1995, p. 127) a educação sexual permitirá “favorecer os valores da igualdade entre os sexos, de forma que não se fomente um padrão masculino caracterizado pelos valores de poder, agressividade, dominação, iniciativa e conquista, frente a um padrão feminino caracterizado pela submissão, a obediência, a dependência, a passividade e a complacência às petições dos demais”.

Até há bem pouco tempo a sexualidade era entendida na nossa cultura como genitalidade, legítima dentro do casamento e orientada para a fecundidade ou procriação. O critério de saúde sexual dominante era o critério moral. O saudável era o moralmente correto. De acordo com a moral dominante, de cunho marcadamente religioso (judaico-cristão), considerava-se que os

comportamentos religiosamente inadequados eram imorais, desviantes, degenerativos e patológicos (Sánchez,1995).

A violência sexual pode ser vista como tudo aquilo que é feito sem consentimento da vítima e em alguns casos a violência tem impactos negativos severos, porque as mulheres usam seu corpo com troca de valores e é partir daí algumas sofrem violações e acabam por não ter meios para se queixar desses actos. Segundo a OMS (1998) como “todo acto sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas; ou acções para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho”.

Segundo a UNICEF (2010: 160), “as meninas e os meninos devem ser protegidos de todas as formas de violência e abuso, o que inclui abuso físico, sexual e emocional, negligência e práticas prejudiciais como o casamento infantil e a mutilação/excisão genital feminina.” As famílias, comunidades e autoridades são responsáveis por assegurar essa protecção. As mulheres devem ser protegidas de todo o trabalho perigoso. O trabalho não as deverá impedir de frequentar a escola.

### **3.3.Definição de conceitos**

O conceito de violência que descrevemos até ao momento tem-se tornado cada vez mais denso. um dos conceitos contra Mulheres e Raparigas é visto como um tipo de violência relacionado também com estereótipos. Por exemplo, muitas raparigas deixam a escola para se casar prematuramente. Apesar de isto prejudicá-las, em certas realidades é socialmente muito mais aceitável que estas jovens estejam casadas e dentro do espaço doméstico, do que a estudar ou a trabalhar. Violência Doméstica, portanto, este conceito está intimamente ligado à VBG. Geralmente é utilizado para que se faça entender onde ocorreu a violência. Parte significativa das agressões sofridas por mulheres acontece na casa da vítima.

Por sua vez, a Violência Familiar é tida como uma expressão também ligada à VBG e à violência contra a mulher. Sabe-se que, na maioria das vezes, são pessoas da família, parceiros e ex-parceiros que exercem violência contra mulheres. O conceito toca, portanto, a relação existente

entre a vítima e o agressor. Existem formas através das quais esses tipos de violência se manifestam. Não são as únicas e nem estão totalmente separadas entre si. Ao sofrer uma agressão física, como um soco ou um empurrão, existe o elemento psicológico, o trauma emocional para a vítima.

Na concepção da OMS (1992), a sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade, que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.

A Organização Mundial da Saúde (2017), define violência sexual como qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se da sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas, obriga outra pessoa, de qualquer sexo, a ter, presenciar, ou participar de alguma maneira de interações sexuais ou a utilizar, de qualquer modo a sua sexualidade, com fins de lucro, vingança ou outra intenção. A violência sexual constitui, pois, uma violação dos Direitos Humanos nesse sentido deve ser denunciada e punida.

A violação sexual é tida como tal quando se caracteriza pela penetração sexual sem consentimento. A maioria das vítimas de violação sexual no mundo inteiro e em Moçambique são mulheres, porque o modelo cultural dominante produz mecanismos que, de algum modo, ocultam e até legitimam a violência sexual. Não é apenas porque são mais fracas fisicamente que as mulheres constituem o grupo mais vulnerável à violação sexual, mas principalmente porque as relações sociais se realizam num contexto de dominação masculina.

Não existe violação sexual completa e incompleta: para que haja violação sexual é suficiente o contacto forçado do sexo do agressor com o sexo da vítima. Isto significa que basta que haja me ferimento do hímen para que se adaptam os dispositivos institucionais, legais e médicos, que protejam a vítima sancionem o agressor. Segundo o Organização das Nações Unidas (2017), a coerção pode ocorrer de diversas formas e por meio de diferentes graus de força, intimidação psicológica, extorsão e ameaças. A violência sexual também pode acontecer se a pessoa não estiver em condições de dar seu consentimento, em caso de estar sob efeito do álcool e outras drogas, dormindo ou mentalmente incapacitada, entre outros casos.

No nosso ponto de vista, os pais têm um papel extremamente importante que é garantir uma boa segurança dos seus filhos. Ou seja, a sociedade deve proteger as mulheres desse mal, dado que é preocupante quando a partir dos órgãos de informação nos chegam informações sobre violação de mulheres tendo como agressores pessoas próximas destas. Trata-se de um mal que por muito tempo tem sido encoberto nas famílias sem ter em atenção as consequências.

Actualmente, pretende-se contrariar esta tendência, com a criação do Gabinete de Atendimento à Mulher e Criança em Moçambique, cujas acções podem estar a ter um impacto positivo, sobretudo, no tocante à sensibilização sobre a existência deste mal e a necessidade de denunciar.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. Procedimentos Metodológicos**

#### **4.1. Método e Técnicas**

O presente trabalho teve como abordagem inicial uma revisão bibliográfica por via de pesquisas anteriores, dissertações, bem como artigos especializados. Igualmente, tal serviu para a reflexão em torno da saúde sexual ocasionada pelo abuso em mulheres e seus impactos nos curto e longo prazos. Foi empregue o método qualitativo, que possui a particularidade de captar sentimentos, emoções, opiniões sobre um determinado assunto, por considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Nela os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente, podendo ser descritivo mediante o contacto directo e interativo do pesquisador com a situação do objecto de estudo.

Neste trabalho, pretende-se ainda apresentar os resultados de um debate sobre violação sexual contra mulheres que decorre na Cidade de Maputo, com base na recolha, revisão, análise e síntese de dados disponíveis relacionados com o temo. Adiciona-se a situação sociocultural, política e económica e com os meios de comunicação. Igualmente, tivemos em conta uma perspectiva de género e de direitos humanos, o que permitiu um conhecimento aprofundado de práticas e comportamentos que afetam as meninas e os meninos e as suas famílias e comunidade.

#### **4.2. Técnicas de recolha de dados**

Para recolha de dados foram aplicadas as técnicas de entrevista, que pressupõe o uso de perguntas semi-estruturadas, ou ainda histórias de vida. As falas usadas neste trabalho possibilitaram complementar os dados recolhidos a partir das entrevistas semi-estruturadas. Os entrevistados não foram identificados pelos seus verdadeiros nomes ou idades, conforme ilustra a tabela 1 abaixo. Usou-se a técnica de “bola de neve” (Lakatos & Marconi, 2008), onde os entrevistados sugeriram outros potenciais interessados para se juntar na nossa pesquisa.

#### **4.3 Fases da realização do trabalho**

O trabalho incide no Município de Maputo – Distrito Municipal KaMavota (Bairro de Benfica). O mesmo foi realizado em duas etapas complementares, a primeira fase ocorre em Junho de 2023

e prologou-se até Fevereiro de 2024, a elaboração do trabalho consistiu na consulta bibliográfica e documental na biblioteca Central Brazão Mazula e no Departamento de Arqueologia e Antropologia da (UEM). Adicionalmente, foram consultados artigos e estudos feitos em outros países, para além de abordagens buscadas em diferentes ferramentas digitais. A segunda fase foi a realização de entrevistas semi-estruturadas, que decorreram entre os meses de Dezembro de 2023 até finais de Abril de 2024.

<b>Nome</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>
Lígia	Doméstica	56	F
Fátima	Desempregada	35	F
Luísa	Estudante	22	F
Felícia	Estudante	25	F
Nilza	Empreendedora	23	F
Shélcio	Criador de conteúdo nas redes sociais	23	M
Aida	Autoridade policial	30	F

**Tabela 1:** perfil dos participantes da pesquisa (pela autora, 2024)

#### **4.4 Barreiras da Pesquisa e Superação**

Antes de tudo, é importante destacar que este trabalho não pressupunha ter tido contacto com os perpetradores da violência, embora pudesse enriquecer ainda mais o nosso argumento. É preciso destacar que o trabalho foi de longo percurso e bastante desafiador para a obtenção de informação. Uma das dificuldades tinha a ver com a possibilidade de conduzir a conversa com os intervenientes, algo que no início pudesse ser fácil para o arranque do projecto, uma vez que se trata de um tema delicado e sensível. Porém, alcançar os potenciais entrevistados foi ainda mais desafiador por conta do tempo em análise. Sendo um trabalho qualitativo, o nosso interesse não era necessariamente a representatividade da amostra, mas a qualidade dos interlocutores.

A segunda barreira foi pela falta de confiança da parte de alguns entrevistados. Ou seja, alguns entrevistados não demonstravam a sua confiança quando ao tema, e por sua vez alguns não aceitavam dar entrevistas, por ser um tema delicado e sensível. Ademais, alguns dos entrevistados não queriam de forma alguma lembrar de momentos tristes que passaram, como casos de dor e tristeza em suas vidas. Não demonstravam confiança porque também não sabiam se realmente podia lidar com a informação ou fazer um bom uso da matéria.

A terceira barreira foi não ter sido fácil acesso a interagir com algumas vítimas de violência sexual, dado que elas demonstravam medo e desconfiança. Aliás, nem todos aceitavam dar a sua entrevista, primeiro porque não estavam a entender o porquê de eu fazer uma entrevista sobre um tema sensível e com grandes dificuldades para ter acesso à esta informação.

A quarta barreira foi na recolha de informação na autoridade policial. Notou-se que a maioria dos membros da polícia não aceitavam prover depoimento de nenhuma informação da esquadra. Ou seja, da informação que lhes é tida com as vítimas. Portanto, a autoridade policial conta que é salvaguardado este direito de privacidade, mesmo tendo credencial infelizmente as autoridades não aceitavam dar a informação porque não tinham confiança do uso da informação que teriam partilhado.

A quinta superação foi, tem a ver com a percepção social do tema, dado que sempre que me deslocasse para o campo (principalmente nas zonas periféricas da cidade), pensava-se que a minha pesquisa ou recolha de informação tinha uma finalidade cósmica. Por exemplo, quando ia fazer o estudo de campo em alguns orfanatos foi difícil ter acesso a informação, porque os proprietários destes locais não dão acesso a qualquer pessoa, por se tratar de mulheres indefesas e com dificuldades para falar muitas das vezes são deficientes.

#### **4.5 Considerações éticas**

Respeitar as questões éticas na investigação de campo é crucial para manter a confiança e a integridade do processo de pesquisa. Uma das principais considerações durante o trabalho de campo é garantir a privacidade e a confidencialidade dos inquiridos. Nesta pesquisa, os entrevistados partilharam informações sensíveis durante as entrevistas e foi de capital importância proteger a sua privacidade, mantendo a confidencialidade das suas identidades e garantindo que as suas informações pessoais não sejam divulgadas sem o seu consentimento.

Na concepção de Lakatos & Marconi (2008), o respeito a privacidade dos entrevistados passa também por obter o consentimento informado antes de realizar as entrevistas e explicar claramente o objectivo da investigação, como a informação será utilizada e como a sua confidencialidade será protegida. Os investigadores devem também tomar medidas para

minimizar quaisquer danos ou riscos potenciais para os inquiridos, tais como garantir que não são coagidos ou pressionados a participar no estudo.

Assim, antes de iniciar a entrevista tive de solicitar o seu consentimento oral para depois avançar. Adicionalmente, todos os nomes e idades são fictícios. O respeito por questões éticas na investigação faz com que os pesquisadores possam construir a confiança dos participantes, manter a credibilidade das suas descobertas e defender padrões profissionais no seu trabalho. Em última análise, dar prioridade a considerações éticas na investigação de campo ajuda a garantir que a investigação é conduzida de forma responsável e ética, beneficiando tanto os investigadores como os participantes.

## CAPÍTULO V

### 5. Percepções sobre os casos de Violência Sexual

#### 5.2 Historial de Violação Sexual de Mulheres na Cidade de Maputo

Neste capítulo apresenta-se o historial de violência sexual de mulheres na Cidade de Maputo. Dada a sua pertinência, a pesquisa procurara através de vivências colectadas abordar os diferentes dilemas procurando explorar os diferentes casos e interlaçando com as diferentes abordagens teóricas da vasta literatura sobre o tema. Contudo, devemos assumir que nem todas as falas devem ser tidas como conclusivas ou como sendo únicas, dado que a confrontação de diferentes percepções poderia ter dado outras percepções.

No geral, devemos assumir que a análise aponta a violência sexual como um fenómeno de difícil caracterização, por ser instigador de feridas e dores não só aos vitimizados, mas inclusive aos familiares e profissionais. Ou seja, muitos dos casos apresentam uma tendência de vitimização que devemos por vezes questionar sobre o seu real sentido.

Os casos que aconteceram na cidade de Maputo percebeu-se que o historial de violação sexual revela há vítimas que passam por momentos de medo de falar e revelar o que realmente se passa com elas, mulheres estas que não possuem voz para dizer não, por conta disso elas são enganadas por mimos que lhes é proporcionado pelos mais velhos, como afirma a informante abaixo:

*Eu era uma criança inocente, não sabia que estava a ser usada pelo meu avô, não imaginam o quão me dói estar a contar isso abertamente pela primeira vez e fico triste em saber que existem raparigas que estejam a passar pela mesma situação que a minha. (Felicía , 25 anos)*

O foco da história de violação sexual contada acima tem num dos parentes da vítima como o principal actor, o que nos faz questionar sobre quem realmente abusa das mulheres no seio familiar. Tal situação nos leva a associar um outro campo não tão distante que é o espaço educativo. Ou seja, importa sublinhar que ainda existem estudantes, na sua maioria do sexo feminino, que passam por momentos de ameaça por parte dos seus professores por falta de nota

em algumas disciplinas. Ou seja, tal nos faz pensar que existem várias, sejam do nível primário, secundário, públicas ou privadas, com professores que não estão de forma alguma a partilhar os seus conhecimentos com os alunos. Contudo, não se pode generalizar este tipo de conclusão, dado que um trabalho mais abrangente poderia ter dado provavelmente conclusões diferentes, dependendo do tipo de escola.

Para este caso nos podemos encontrar uma abordagem teórica sem distanciar tanto do fio de condutor Sarmiento (2000), referindo-se à crise da instituição escolar para salienta a importância da participação activa dos jovens como uma das possíveis respostas na tentativa de solução. O autor defende, porém, que este envolvimento ativo só faz sentido se “assumir os jovens não como destinatários da intervenção comunitária, política ou social, mas como autores dos seus próprios destinos” (Sarmiento, 2000, p. 60), reconhecendo-lhes o direito de decisão e o direito de cidadania, independentemente da idade. A aquisição de comportamentos cívicos não se faz por doutrinação, mas adquire-se no exercício dos direitos e dos deveres de cidadania. A entrevista abaixo é disso um exemplo prático de como esse processo decorre no quotidiano:

*Infelizmente não tive uma das melhores fases no período que fazia a 12 classe. Eu era uma estudante empenhada, mas o meu professor sempre me ameaçava dizendo que eu ia repetir o ano caso eu não dormisse com ele, por falta de opção eu aceitei e passei o segundo trimestre no ano, ele sempre mandava mensagem ameaçadoras para mim”. (Luísa, 22 anos)*

A entrevista acima nos mostra que a participação das mulheres na escola é fundamental para estancar o mal. Por exemplo, Puig e seus colaboradores (2000) já haviam defendido que as práticas de participação são aquelas em que os alunos podem tomar parte ativa e significativa na vida da escola, tais como questões relacionadas com o trabalho escolar, a convivência e a animação, salientando que esta participação deverá ser guiada. O autor (Puig, 2000) fala da importância da participação dos alunos na vida da escola como um dos pilares da formação humana referindo que através desta participação se podem trabalhar atitudes e valores como a convivência, a autonomia, a cooperação e o sentido de justiça.

Também é importante sublinhar que o estudo realizado com algumas entrevistadas demonstra uma enorme preocupação com a frequência e ousadia dos perpetradores dos actos de violência, visto que nos últimos tempos existem pessoas que não empregam com uma boa finalidade. Ou seja, existem empregadores que não respeitam os seus colaboradores e de alguma forma se aproveitam da situação de superioridade hierárquica, até porque é visto que os colaboradores estão de alguma forma a trabalhar para ganhar o seu “pão”<sup>1</sup> e por vezes o seu salário não é compatível com o trabalho empenhado, sendo que ainda passam por situações de perseguições, violência verbal, física e sexual perpetrada pelos seus patrões.

Como resultado, algumas colaboradoras aceitam tais abusos com promessa de aumento salarial e outras optam pelo silêncio em resultado de um sistema de medo estabelecido na empresa ou local de trabalho, levando a acreditar que qualquer tentativa de denuncia resultaria em uma acção frustrada.

*Eu sempre chegava na casa do meu ex-patrão e fazia tudo, limpeza, cozinhava e até cuidava dos cães da casa. Estava com toalha amarada e acabava de fazer o banho, senti medo e perguntei o porquê de ele ter me chamado para o quarto sendo que a casa é grande e podia conversar num outro lugar. (Lígia, 56 anos)*

A entrevista acima nos mostra que, existem muitos casos do género nos quais, isto acaba criando uma certa dependência e medo na parte de algumas vítimas e por sua vez a maioria não tem e nem sabe quais meios de protecção deve recorrer, por isso sempre são dominados pelos seus chefes de trabalho por conseguinte acabam sendo desrespeitadas nos seus postos de trabalho mesmo não tendo um salário digno e justo. Ou seja, neste caso se entra para uma dimensão em que a violência sexual transcende de um espaço para o outro, deixando a escola para se alastrar ao local de actividades laborais como se pode ver na entrevista a seguir:

*O meu chefe pediu para termos uma conversa num lugar diferente do trabalho, e numa fase inicial eu estranhei e não aceitei e pediu para nos dormirmos juntos, ele já teve coragem de pedir também*

---

<sup>1</sup> Termo usualmente aplicado para se referir a remuneração diária ou mensal nas instituições e em campos informais.

*minhas fotos íntimas caso eu não o enviasse eu seria demitida do trabalho, logo de primeira disse a ele que ia denunciar o caso a sua esposa e assim o fiz.*

*A esposa do meu chefe foi fazer uma denúncia na autoridade policial mais próxima, mas o meu chefe sempre foi alguém de poses, e o caso meu caso ficou nulo. desta forma logo que recebi o meu primeiro salário coloquei-me em fuga do seu recinto de trabalho. (Lígia, 56 anos)*

Ainda no campo laborar, é notório que muitas das vezes a violência sexual usa a dimensão económica para que ela seja efetivada, como pudemos observar na entrevista abaixo:

*Eu sempre chegava na casa do meu ex-patrão e fazia tudo, limpeza, cozinhava e até cuidava dos cães da casa. Num certo dia, eu estava com toalha amarada porque acabava de sair do banho, senti medo e perguntei o porquê de ele ter me chamado para o quarto sendo que a casa é grande e podia conversar num outro lugar. Foi a partir daí que meu chefe tentou de forma forçada me insistir para manter relações sexuais em troca de dinheiro e enquanto isso o meu chefe apalpava numa das suas partes íntimas. (Lígia, 56 anos)*

Numa outra perspectiva, podemos observar que existem vários casos de familiares próximos que infelizmente não tem boas intenções, casos violência e desrespeito, muitas das vezes trata-se de pessoas que não tem abrigo algumas ate que vem de longe, algumas percorrem viagem para poder chegara na capital o famoso Maputo, alguns familiares vem pra Maputo com intuito de estudar, algumas vem a procura de emprego e as outras a procura de abrigo, o que muitas das vezes passam por situações de serem aproveitadas pelos seus familiares próximos, como afirma a informante:

*Em algum o meu tio momento parou de me existir, em manter relações sexuais com ele, porque eu revelei a minha tia que ela estava a me a ameaçar.” (Nilza, 23 anos)*

## **5.2 Superação sobre violência sexual nas mulheres**

Existem casos de desrespeito com algumas pessoas que tem uma orientação sexual. Do nosso trabalho pudemos perceber que actualmente existem vários casos de denuncia deste género, uma vez que algumas comissões das esquadras por onde passamos informam estar a fazer o maior esforço, junto com às autoridades policiais e entidades de protecção á comunidade LGBTQA+ na obtenção de informações sobre a apuração da autoria deste tipo de acto, bem como no auxílio jurídico e atenção aos familiares da vítima que sofreu de violência ou abuso sexual. É notório que este tipo de casos parece ainda ser desconhecido, uma vez que pouco se fala ou se sabe de facto quem são os atores desses actos.

*O meu ex-namorado armou contra mim, numa das viagens que fizemos juntos, eu juro que não entendi nada no início achei que ainda estivessem pessoas a caminho, mas depois vi que realmente eu era o objeto de sexo naquele dia. Não entendi nada, e só me perguntava o que estava a acontecer. Eu fui obrigada a manter relação sexual com mais de 6 pessoas ao mesmo tempo, foi muito triste e não mereço passar mais por isso, só porque sou Gay. (Shélcio, 23 anos)*

O exemplo da entrevista acima nos mostra um outro lado da violência sexual que muitas vezes aparece escondida em forma de discriminação contra a escolha da orientação sexual dos cidadãos. Ou seja, ao tratar da comunidade LGBTAQ+ fica evidente que afinal de contas a violência sexual é praticada sem olhar para idade ou sexualidade, pelo que a acção das autoridades é chamada como sendo uma grande responsabilidade.

### 5.3 Actores da violência sexual

Um dos debates quando se fala de violência sexual é perceber quem está envolvido. Vezes sem conta esses atores convivem de forma próxima com a vítima, por isso tal fica sem ser conhecido publicamente durante muito tempo.

*O meu filho era pequeno para ver a sua mãe a passar por situações de broncas pelo seu pai, aguentou tudo aquilo pelo meu filho e porque acordei tarde para perceber que o amor não é tudo na vida, mas a minha vida vale muito”. Os meus irmãos fizeram uma denúncia na polícia, mas eu fui para lá e pedi para cancelarem a denúncia porque nunca quis que o meu filho crescesse com um pai criminoso. (Fátima, 35 anos)*

A entrevista revela a dolorosa realidade de uma mãe que, ao se confrontar com o abuso doméstico, optou por suportar o sofrimento pelo bem-estar de seu filho. Ao abordar sobre seu filho ilustra o sacrifício pessoal e o peso emocional que essa mãe carregou para proteger seu filho da violência direta. Esse comportamento não é incomum entre sobreviventes de violência doméstica, que frequentemente colocam o bem-estar de seus filhos acima do próprio, mesmo quando isso significa suportar situações de extremo desconforto e perigo. Esta decisão, embora compreensível, levanta questões sobre os impactos a longo prazo na saúde mental e emocional tanto da mãe quanto do filho, que cresce em um ambiente de tensão e medo.

A declaração de ter despertado tarde para a realidade reflecte uma dolorosa lembrança. Muitas vítimas de violência doméstica demoram a reconhecer a gravidade da situação devido a uma complexa mistura de amor, dependência emocional e esperança de mudança no comportamento do parceiro abusivo. Essa consciencialização tardia ressalta a importância de campanhas de mobilização e suporte que ajudem as vítimas a identificar sinais de abuso e a entender que o amor não deve nunca justificar a perda de dignidade e segurança pessoal. Além disso, a valorização da própria vida é um passo crucial no processo de empoderamento e libertação das garras do abuso.

A interferência dos irmãos, que denunciaram o abuso à polícia, indica a importância do apoio familiar e comunitário no combate à violência doméstica. No entanto, a decisão da entrevistada

de pedir o cancelamento da denúncia destaca o dilema enfrentado por muitas vítimas. A preocupação em preservar a figura paterna aos olhos do filho é um aspecto que muitas vezes impede as vítimas de buscar justiça. Essa atitude pode ser vista como uma tentativa de manter uma estrutura familiar intacta, apesar das circunstâncias adversas, mas também pode perpetuar o ciclo de violência e impedir a responsabilização do agressor.

Finalmente, essa entrevista traz a necessidade de um sistema de apoio mais robusto para vítimas de violência doméstica, que inclui não apenas a aplicação da lei, mas também suporte psicológico, aconselhamento e educação. A narrativa exposta ressalta a complexidade das emoções e decisões envolvidas, e a importância de intervenções sensíveis e compreensivas.

#### **5.4 O Papel das Autoridades Policiais**

As autoridades policiais contribuíram para o presente trabalho, dado que tal nos remete às respostas dadas pelo sistema penal aos crimes de violência contra as mulheres. Se, por um lado, é comum ouvir as mulheres que sofrem violência dizer que não desejam denunciar o seu agressor, ou mesmo desistirem dos processos em andamento, o que também deve ser investigado, por outro lado, observam-se casos em que houve negligência ou omissão frente às mulheres que denunciaram e demandaram auxílio diante da violência sentida.

*“No sentido de neutralizar o indiciado há sempre várias portas para que as vítimas possam apresentar o caso, mas o primeiro que tem em primeira instância ouve-se pela polícia. É como uma forma cautelar até se tiver de tomar alguma medida naquele momento. Algumas vítimas, por recearem alguma situação lá no hospital, até que fogem. Então, quando nós duvidamos daquela vítima, nós recomendamos para que a nossa colega, que está alocada na esquadra intercepta esta vítima no sentido de la fazer o acompanhamento para os procedimentos seguintes.*

*Sabemos que os crimes de violência sexual são crimes públicos e não precisa que as partes permitam que seja feita a denúncia qualquer um que der conta de uma situação de violência doméstica está livre de fazer a denúncia razão pela qual que*

*não precisa que seja necessariamente a vítima a fazer denúncia.” (Ainda, 30 anos)*

O papel das autoridades policiais em Moçambique é fundamental para garantir a segurança pública, proteger os direitos dos cidadãos e manter a ordem dentro do Estado de Direito. A Polícia da República de Moçambique (PRM) desempenha diversas funções que vão desde a prevenção de crimes até o apoio em questões comunitárias.

Apesar desses papéis, a polícia em Moçambique enfrenta desafios, como a falta de recursos, a corrupção em alguns níveis e as dificuldades no combate a crimes organizados e insurgências em algumas províncias, como Cabo Delgado. Esforços contínuos são necessários para melhorar a eficiência, transparência e a relação entre as autoridades e a sociedade. O papel das autoridades por vezes é visto como a solução acertada e urgente em casos de violência sexual. Contudo, nem sempre tal funciona, sobretudo porque alguns casos são escondidos e jamais comunicados como deve ser.

*Meu pai acabou com a minha infância. Foi muito difícil para poder ter audiência na autoridade policial, primeiro porque o meu pai tinha um nome para preservar onde trabalhava e não podia estar em assuntos com a polícia, mas graças a polícia e a justiça o meu pai foi penalizado por 10 anos de prisão...*

*...a minha família me conduziu para o orfanato para eu estar segura a ela, mas antes eu própria sensibilizei a polícia prestasse mais atenção a esses casos porque muitos pais se aproveitam da situação de filhos que sofrem de alguma deficiência. (Felicía, 15 anos)*

Nesta entrevista, a entrevistada partilha uma história dolorosa sobre como a figura do pai afectou profundamente sua infância. Ela descreve a dificuldade de buscar ajuda das autoridades policiais devido ao prestígio profissional de seu pai e a relutância inicial em lidar com questões policiais. No entanto, ela enfatiza o papel crucial da polícia e do sistema judicial em garantir que seu pai fosse responsabilizado pelos seus atos, resultando em uma sentença de 10 anos de prisão. Apesar

da justiça feita, a situação levou a entrevistada a ser encaminhada para um orfanato para sua segurança, evidenciando o impacto devastador na dinâmica familiar.

Além disso, a entrevistada destaca seu próprio papel proativo ao sensibilizar as autoridades policiais sobre a necessidade de prestar mais atenção aos casos envolvendo mulheres vulneráveis, especialmente aquelas com deficiências. Isso sugere um desejo de criar um impacto positivo após uma experiência traumática pessoal. Em suma, a entrevista revela não apenas os desafios enfrentados pela entrevistada em sua infância, mas também sua resiliência ao buscar justiça e sua determinação em proteger outras mulheres na mesma situação.

Muitas das vezes os casos de violência sexual ficam sem seguimento porque a forma como se procede para denunciar junto da polícia não é conhecido pelas vítimas. Na entrevista que fizemos junto de uma responsável da área nos disse o seguinte:

*No sentido de neutralizar o indiciado há sempre várias portas para que as vítimas possam apresentar o caso, mas o primeiro que tem em primeira instância ouve-se pela polícia. É como uma forma cautelar até se tiver de tomar alguma medida naquele momento.*

*Algumas vítimas, por recearem alguma situação lá no hospital, até que fogem. Então, quando nós duvidamos daquela vítima, nós recomendamos para que a nossa colega, que está alocada na esquadra intercepta esta vítima no sentido de lá fazer o acompanhamento para os procedimentos seguintes.*

*Sabemos que os crimes de violência sexual são crimes públicos e não precisa que as partes permitam que seja feita a denúncia qualquer um que der conta de uma situação de violência doméstica está livre de fazer a denúncia razão pela qual que não precisa que seja necessariamente a vítima a fazer denúncia. (Aida, 30 anos)*

A explicação dada acima deve ser vista como algo normal, embora provavelmente muitas vítimas desconheçam realmente sobre o que fazer para os seus casos sejam levados em conta pela polícia. Como se pode ver, existem mecanismos para avançar com denúncias efetivas. Num outro

desenvolvimento, nos foi explicado que a questão da violência é complexa até para a própria polícia:

*O atendimento à violência doméstica é uma situação sensível, que a vítima, vezes já que vem com uma agressão mais grave em detrimento da outra, como é que faz a questão da privacidade. A vítima não é atendida no espaço público, ela é atendida no espaço restrito.*

*Temos salas para o atendimento às vítimas. Enquanto decore o atendimento, aquela vítima está apenas com um agente de atendimento a lhe ouvir, para que esta vítima esteja à vontade.*

*Sucedem que quando são muitos, ela não se sente à vontade. Muita coisa ela não diz por temer aquele ambiente, mas chegado ao departamento, toda vítima é atendida no sítio restrito para permitir com que ela possa se expressar à vontade, de modo a não ocultar nenhum. É um problema que lhe leva a aproximar ao gabinete.  
(Aida, 30 anos)*

O exemplo dado na entrevista acima apenas mostra que afinal de contas a polícia possui meios capazes de apoiar quem realmente sofre de violência, embora o contexto ainda dificulte a forma como as vítimas se sentem e como elas podem realmente agir para usar todo o espaço existente como forma de denúncia.

*Nós no gabinete temos um setor do IPAJ. Então, havendo situações dessa natureza, nós remetemos esses assuntos ao sector do IPAJ para uma mediação. Cabendo eles concluir segundo os resultados da mediação feita. Ou seja, trabalhamos em coordenação com o sector para esses casos de património, tendo em conta que o departamento não está para separar famílias.*

*Nós sabemos que as consequências da separação de um casal recaem nas crianças inocentes, então não é o nosso foco, por isso*

*toda pessoa que esteja a passar violência sexual ou baseada no género, aproxime a uma esquadra próxima.*

*Em todas as áreas de jurisdição, temos esquadras de postos policiais com secções de atendimento a funcionar em 24 por 24 horas para acolher estas vítimas. Não é solução ficar calado com o problema, porque este problema acaba desorientando a família, e quem sofre isso são as crianças, então vamos denunciar, vamos correr para as esquadras, para os postos policiais, qualquer que seja a porta de entrada próximo para podermos fazer a denúncia.*  
*(Aida, 30 anos)*

Esta última entrevista apenas comprova que a polícia realmente está ciente do que deve ser feito, mas fica ainda por expandir esse encorajamento para quem realmente sofre com a violência que são na sua maioria mulheres. É notório o esforço existente, mas muito trabalho ainda deve ser feito.

A fragilidade do sistema judicial não é um problema recente, e as varas especializadas em crimes dolosos contra a vida contam com limitação de recursos humanos em seus quadros. Os crimes de tentativa de homicídio, ou mesmo o homicídio contra as mulheres, não têm uma resposta rápida da justiça. A cultura machista e patriarcal enraizada na estrutura do Poder Judiciário e as falhas nos serviços remetem à fragilidade na proteção às vítimas, acrescido ao fato de que os processos são julgados como mais um crime de homicídio comum e sem nenhuma perspectiva de género.

## CAPÍTULO VI

### 6. Considerações Finais

Este trabalho permitiu identificar várias formas de interpretação de violência sexual, e tentar perceber qual é o papel da autoridade nos bairros visto que nos últimos tempos existem vários casos de violência sexual e a autoridade policial tem um papel importante na proteção das vítimas de violência sexual. Foi possível constatar que a violência sexual costuma ter o primeiro contacto com as instalações da residência nunca imaginavam que esse tipo de acções ou actos pudessem acontecer com eles, principalmente por ser um assunto delicado e muito íntimo, dado que maioria das vítimas possui dificuldades para lidar com esse tipo de situação, sendo que muitas das vítimas carregam traumas durante anos.

Assim sendo, foi visto que violência sexual continua sido um problema muito grave em Moçambique e assustador, o que mais assusta é saber que a violência sexual antes de ser um acto desviante, é de facto um problema que começa com o desenvolvimento das sociedades e das mulheres, onde elas habitam e encerram esse tipo de acção. No entanto, em alguns bairros onde existe o patrulhamento policial, a sua circulação por vezes é limitada a certas áreas e é inconsistente. Os becos são excluídos do patrulhamento, sendo estes os locais onde ocorrem casos de violação sexual.

O trabalho concluiu ainda que a insegurança nos bairros é uma questão que coloca em causa o valor e significado das redes de solidariedade, bem como dos mecanismos de inter-ajuda existentes entre os residentes para enfrentar os casos de agressão em espaços públicos. Por exemplo, vimos ao longo do trabalho que várias mulheres e raparigas relataram que frequentemente ouvem gritos de socorro, choros de mulheres, que as remete a um sentimento de falta de solidariedade e de inter-ajuda. Ademais, os vizinhos mesmo quando intencionados em socorrer as vítimas, temem eventuais contra-ataques, receiam sofrer represálias e reacções dos delinquentes. Assim, para se defender, mantêm-se presos em suas casas.

Outro destaque revelou que se reconhece as condições de trabalho da polícia são carentes e precárias para o cumprimento eficiente das suas actividades. Foram também relatados casos de falta de transporte. Foram referidos casos de cobranças ilícitas por parte dos agentes da polícia nos casos vítimas procuravam os seus serviços para dar seguimento das denúncias feitas. Os

líderes comunitários, chefes dos bairros e quarteirões, sentem-se comprometidos em garantir a segurança dos seus residentes, sentem-se incapazes e sem meios.

Notamos que é importante também expandir políticas, programas e estratégias que promovam a proteção nas mulheres, nas atitudes e comportamentos sociais e que abordem as causas profundas da violência. É fundamental envolver homens, meninos, líderes comunitários e outros membros da comunidade para desafiar e transformar as normas, práticas e crenças patriarcais que justificam a violência contra as mulheres.

Por fim, através desta pesquisa foi possível informar-se que em Moçambique existem vários casos de violência e que não devem ser ignorados, porque são vidas que estão em risco e de alguma forma deve-se criar condições de ter mais segurança nos bairros, bem como olhar para questão das patrulhas nos bairros, pois a violência é uma realidade que se deve combater.

## 7. Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, M. (2002). *Violência abuso sexual na família*. Maringá.
- BALBINOTTI, I. (2018). *A violência contra mulher como expressão do patriarcado e machismo*. Revista da ESMESC. Florianópolis, v. 25, nr. 31, pp. 239-264.
- BRINGIOTTI, M. I. (2000). *A escola diante das crianças vítimas de abuso*. Paidós Editorial.
- BUTLER, J. (1991). *O desconforto dos gêneros*. s/l.
- CHAUI, M *et al.* (1985). *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,
- FILHO. M. (2001). *Violência fundadora e violência reativa na cultura Brasileira*. São Paulo.
- FLORES, R. & CAMINHA, R. (1994). *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Revista de psiquiatria do RS, pp.158-167.
- FURNIISS. T. (1993). *Abuso sexual da criança*. Porto Alegre: Artes médicas.
- GABEL, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus Editorial.
- LAKATOS, E. & MARCONI, M.A (2008). *Metodologia do trabalho científico*. 7ª Ed. São Paulo: Atlas.
- MINAYO, M. (2002). *Violência social sob a perspectiva da saúde pública*.
- OMS. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Livrotab.
- OMS. (2017). *Actividades da OMS na região Africana*. Relatório da Diretora Regional. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/274034>, acesso em 21 de Agosto de 2024.
- OMS. (1946). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. Disponível em: [http://policy.who.int/cgi-bin/on\\_isapi.dll](http://policy.who.int/cgi-bin/on_isapi.dll), acesso em: 17 de Julho de 2024.
- OMS. (1997). *Obesidade: “prevenindo e controlando a epidemia global”*. Relatório de consulta, Genebra, 3-5 de Junho.

PUING, J *et al.* (2000). *Democracia e participação escolar: propostas de actividades*. São Paulo: Moderna.

SANCHEZ, F. (1995). *Educação sexual para adolescentes e jovens*. Madrid.

SARMENTO, J. (2000). *Infância e o trabalho: “a (re)construção social dos ofícios da criança”*. Fórum Sociológico, nr. 3-4 (IIª série), pp. 33-47,

STEIBELT, D. (2009). *O contexto da violência baseada no gênero para as mulheres vietnamitas migrantes trabalhadoras de fábricas no sul do Vietname*.

UNICEF. (2010). *Relatório mundial sobre o papel da proteção social na eliminação do trabalho infantil*. Genebra: Suíça.